



CENTRO RE-VIVER: LAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL E IDOSOS PARA O MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA/RS

*Reviver center: shelter for children and adolescents in social
vulnerability and elderly for the municipality of Cruz Alta/RS*

GIACOMELLI, Bruna¹; EDLER, Marco Antonio Ribeiro²

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo apresentar o estudo do anteprojeto, elaborado no Trabalho de Curso II, de uma instituição de abrigo para crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social e idosos desamparados ou não por suas famílias para o município de Cruz Alta/RS. O projeto tem como proposta possibilitar uma moradia digna, com assistência médica, lazer e integração entre os usuários carentes de estruturas físicas e psicológicas, a fim de proporcionar qualidade de vida em períodos temporários. O principal problema de pesquisa é a falta de estruturas físicas próprias para o abrigo das crianças e adolescentes em função de abandono ou cujas famílias encontrem-se temporariamente impossibilitadas de cumprir sua função de cuidado e proteção, além da carente situação do asilo existente no município. O projeto justifica-se por meio de seu caráter social e cultural, mas também humanitário, uma vez que pretende, por meio da arquitetura, estabelecer e proporcionar o bem-estar dos usuários, integrando-os interna e externamente na comunidade como um todo. Com base no levantamento dos dados condicionantes de projeto, normas e estatutos vigentes atualmente sobre crianças, adolescentes e idosos elaborou-se o programa de necessidades, com os ambientes necessários e o quantitativo dos mesmos, pré-dimensionamento, organograma e fluxograma, para findar com a escolha de um conceito e partido arquitetônico, o qual definiu as intenções projetuais e volumetria.

Palavras-chave: Abrigo infantil. Asilo. Qualidade de vida. Vulnerabilidade.

Abstract: The present research aims to present the study of the preliminary Project, prepared in Course Work II, of a shelter institution for children and adolescents in a state of social vulnerability and elderly people abandoned or not by their families to the municipality of Cruz Alta/RS. The project aims to enable decent housing, with medical assistance, leisure and integration among users lacking physical and psychological structures, in order to provide quality of life in temporary periods. The main research problem is the lack of physical structures suitable for the shelter of children and adolescents due to abandonment or whose families find themselves temporarily unable to fulfill their care and protection function, in addition to the poor situation of the existing asylum in the municipality. The project is justified by its social and cultural characteristics, but also humanitarian, since it seems, through architecture, to establish and promote the well-being of users, integrating them internally and externally in the community as a whole. Based on the survey of the project

¹ Acadêmica do 10º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. E-mail: brunagiacomelli1@gmail.com

² Professor Mestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. E-mail: medler@unicruz.edu.br



conditioning data, norms and statutes currently in force on children, adolescents and the elderly, the needs program were elaborated with the necessary and quantitative environments, pre-dimensioning, organization chart and flow chart to finish with the choice of a concept and architectural party, which defined the design intentions and volumetry.

Keywords: Children's shelter. Asylum. Quality of life. Vulnerability.

INTRODUÇÃO

O crescimento populacional demasiado no mundo é consequência do aumento das taxas de natalidade em contraponto às taxas de mortalidade. Além disso, a expectativa de vida é um dos fatores do crescimento populacional mundial que, nos últimos anos, aumentou de 67 para 70 anos (A ONU... 2018). “A expectativa é que o número de pessoas com 60 anos ou mais deve dobrar em todo mundo até 2050, e triplicar até 2100” (O GLOBO, 2015).

É preciso desmistificar o conceito de velhice que a sociedade relaciona com a improdutividade. O estilo de vida ao longo dos anos mudou e a população está cada mais proativa em relação a saúde e busca qualidade de vida. O crescimento populacional evidencia que devem ser pensadas formas específicas de tratamento para o idoso, que hoje tende a estar segregado do restante da sociedade por ser visto como um problema. Sabe-se que boa parte da população de terceira idade é saudável ou porta alguma leve deficiência física que faz com que necessitem de assistência especializada.

O Estatuto do Idoso, Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003, regulamenta os direitos instituídos pela lei para as pessoas com idade de 60 anos ou mais. Assegura que essas pessoas tenham todas as oportunidades e facilidades para preservar sua saúde física e mental, com condições de liberdade e dignidade. Além disso, no art. 37 do capítulo IX do Estatuto do Idoso, o direito à moradia digna, sendo ela no espaço familiar natural ou em instituição pública ou privada, é garantido, sendo a mesma obrigada a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades de cada usuário (BRASIL, 2003).

As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) são instituições governamentais ou não governamentais, com caráter residencial e destinada a moradia coletiva para pessoas com 60 anos ou mais, com suporte familiar ou ainda que estão desamparadas de sua família de origem, em condições de liberdade, dignidade e cidadania (ANVISA, 2005).

No Estado do Rio Grande do Sul, a proporção de população com 60 anos ou mais teve um salto de 4,5% em 1950 para 10,5% em 2000, é o segundo maior estado em número de



idosos do país, ficando atrás somente do Rio de Janeiro. Além disso, o número de pessoas com mais de 80 anos cresceu em 12% no ano 2000, o que contribui para o aumento da demanda por Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) pois é nesse período que há o aumento das vulnerabilidades físicas e mentais (IPEA, 2012). Na cidade de Cruz Alta o número de pessoas com 60 anos ou mais é de 8.921, cerca de 14,2% da população total do município (IBGE, 2010).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 71% dos municípios brasileiros não têm instituições para idosos. No país há apenas 218 asilos públicos para uma população de mais de 20 milhões de idosos e o governo federal conta com apenas uma instituição, o Abrigo Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, atendendo 298 pessoas. Além disso, 28,2% são instituições privadas que tem altos custos de internação, dificultando ainda mais o acesso da população (IPEA, 2012).

Por outro lado, em todo o país, crianças e adolescentes são privadas do cuidado familiar por meio de medidas protetivas e vivem em instituições de abrigo por meses e até anos, uma vez que as ações no sistema jurídico demandam muito tempo. Essas medidas protetivas são efetivadas pelas autoridades competentes, para a segurança da integridade física e psicológica das crianças e adolescentes, quando são detectadas situações de risco na família, como condições de extrema pobreza, violência doméstica, uso de drogas, abuso sexual, pedofilia e cárcere.

Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 4º, é dever da família, da sociedade em geral e do poder público assegurar os direitos à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária durante a vida toda da criança (BRASIL, 1990). Esse estatuto recomenda uma série de princípios e medidas com o objetivo de emancipação dos direitos da criança e do adolescente. Entre as principais medidas de proteção, destaca-se que as instituições de acolhimento “são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (BRASIL, 2009).

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em maio de 2011 havia 1.876 abrigos para crianças e adolescentes cadastrados junto ao órgão no País. Além disso, atualmente há, no país, 8.506 crianças cadastradas no CNJ a espera de adoção ou com a guarda suspensa do poder familiar e 43.389 pretendentes cadastrados na fila de espera. No Rio



Grande do Sul o número de crianças é de 1.315, ou seja, 15,46% do total do país, ficando atrás somente do Estado de São Paulo. O número de pretendentes no RS é de 6.154, uma porcentagem de 14,18% do total brasileiro. Na cidade de Cruz Alta, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social, atualmente há 33 crianças acolhidas, tanto para adoção quanto por suspensão do poder familiar, distribuídas nos dois lares municipais.

A instituição proposta neste trabalho é de cunho integral, de atenção permanente com profissionais da saúde, atividades dinâmicas de criatividade, produtividade, recreativas e culturais. É uma proposta comunitária que prioriza e promove a integração do idoso com as crianças e inserção na comunidade como um todo. O centro de convivência pode ajudar a resolver situações que afetam a qualidade de vida dos dois tipos de usuário, especialmente para minimizar os efeitos negativos que relações conturbadas no âmbito familiar possam ter causado. A proposta visa a reconstrução da identidade e de conceitos e emoções vividas no cotidiano dos idosos, crianças e adolescentes, com a intenção de suprir as necessidades de desenvolvimento humano em ambientes projetados adequadamente para tal uso, com a busca da compreensão e influência de como o usuário percebe e experimenta o espaço.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, a metodologia utilizada será realizada em três etapas: pesquisa, estudo preliminar e anteprojeto. A revisão deu-se por meio de bibliografia e mídia digital, para conhecimento da história, dados atuais e informações técnicas necessárias para a concepção projetual dos temas propostos, bem como o estudo *in loco* nas instituições semelhantes existentes na cidade de Cruz Alta/RS. Considera-se importante o reconhecimento e aperfeiçoamento do programa de necessidades, a análise e aplicabilidade dos condicionantes legais, assim como a inserção harmônica no contexto urbano. A proposta será desenvolvida com o intuito de atender, com êxito, as necessidades dos usuários, além dos aspectos formais, funcionais, técnicos e compositivos de arquitetura.

Posteriormente ao levantamento de dados, elencaram-se algumas análises de modelo de espaços semelhantes aos do estudo em questão para avaliar as características formais, funcionais, estéticas, soluções de conforto térmico e lumínico, além do programa de necessidades e dimensionamentos mínimos. Na etapa seguinte, definiu-se o lote para a implantação da proposta projetual, com a verificação das suas dimensões, características de relevo e vegetação existente. Com a definição do lote, elaboraram-se os mapas de análise do



entorno para conhecimento do parcelamento do solo, uso, alturas e características arquitetônicas. Todos os levantamentos foram reproduzidos através do programa AutoCAD.

A partir de todas as legislações pertinentes aos temas propostos, pode-se realizar o programa de necessidade, com dimensionamentos mínimos, setorizações, fluxos e circulações de funcionários e moradores. Seguiu-se com a elaboração de um conceito e partido arquitetônico para elencar as premissas projetuais. Com base em todos os dados analisados, foi possível realizar o zoneamento e lançamentos iniciais de ambientes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Cruz Alta é um município do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, pertencente à mesorregião Noroeste Rio-Grandense, distante 350 km da capital Porto Alegre e numa altitude de 452m. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade conta com uma área de 1.360,28 km² (2016) e uma população, de acordo com o último censo (2010), de 62.821 habitantes, sendo a densidade demográfica de 46,18 hab/km². Tem como municípios limítrofes: Pejuçara, Santa Bárbara do Sul, Ibirubá, Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Fortaleza dos Valos, Quinze de Novembro, Ijuí, Augusto Pestana, Jóia, Boa Vista do Inera e Boa Vista do Cadeado.

Sobre a história³ dos lares no município de Cruz Alta, sabe-se que se deu inicialmente com o Lar dos Meninos, por volta de 2010/11, onde apenas adolescentes do sexo masculino eram abrigados. A estrutura era afastada da cidade, onde hoje é a Casa dos Padres, sem segurança e técnicos especializados. Os adolescentes atendidos eram problemáticos e isso dificultava a inserção nas famílias de origem e na sociedade como um todo. Logo após foi criado o Lar das Meninas, com a mesma configuração do outro lar, mas voltado para adolescentes do sexo feminino. As dificuldades aumentaram e com mudanças nas leis que não permitiam mais a divisão de sexo e idade, o município teve de se adaptar para a abertura de novos lares, dentro das características necessárias.

O Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes do município de Cruz Alta, na estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), oferece o serviço conforme orientações da Política Nacional de Assistência Social, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e Orientações Técnicas para o Serviço

³ Dados obtidos através de conversas com a coordenadora Teresa de Oliveira no Lar João e Maria, 2018.



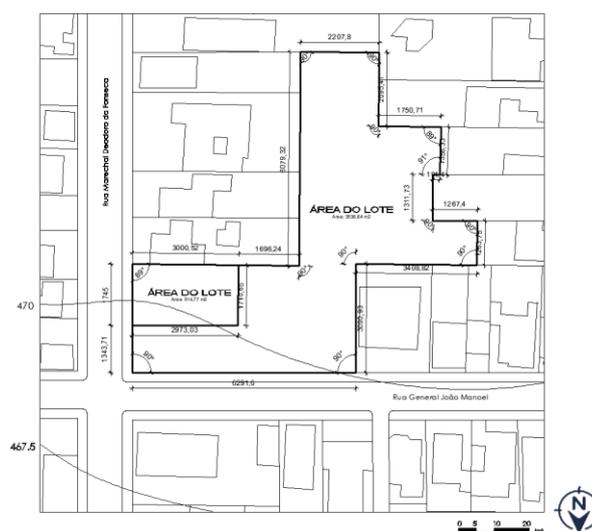
de Acolhimento de Crianças e Adolescentes. Todo o trabalho realizado pelo serviço tem acompanhamento direto do Ministério Público, Poder Judiciário e Conselho Tutelar.

Segundo dados fornecidos pela SMDS (2018), na cidade de Cruz Alta, atualmente há dois abrigos infantis: o lar Giravida, com 16 crianças, e o lar João e Maria, com 17 crianças. Havia o Lar Dona Emília, mas com a diminuição na demanda de crianças o abrigo foi fechado e as crianças redistribuídas. Ambos atendem crianças de 0 a 18 anos e as estruturas são mantidas pela Prefeitura Municipal, além de receber doações de alimentos e roupas por voluntários do município.

A Associação Beneficente Santo Antônio⁴, entidade de utilidade pública, foi criada conforme o decreto-lei federal nº 61128 e a lei municipal nº 996/92 e abriga idosos do município de Cruz Alta. Atualmente, o asilo presta atendimento a 58 idosos, 03 irmãs religiosas e tem 24 empregados contratados, além de contar com o trabalho voluntário de 19 vicentinos, alguns médicos, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, cabeleireiros, costureiras, estagiários e outras pessoas da comunidade.

A partir desse estudo, para a implantação da proposta, houve a necessidade de lembrar dois lotes, localizados no bairro São José na esquina das ruas General João Manoel, nº 1142, com 62,9m de testada e 3.536,64 m², com a rua Marechal Deodoro, nº 741, com uma testada de 17,45m e 514,77 m², totalizando uma área de 4.051,41 m², conforme a imagem 01.

Imagem 01 – Lote em estudo com as cotas gerais e topografia



Fonte: Autora, 2018

⁴ Dados obtidos através do contato com o auxiliar do administrador, Sr João Inácio Conrad, 2018.



A topografia do terreno já é alterada pois há muitos anos havia uma edificação. Considerando a calçada como nível zero, na ponta extrema da esquina das duas ruas em questão há 1,5m de desnível, diminuindo à medida que percorre as faces laterais, em ambas as ruas, até ficar no mesmo nível da calçada. A insolação favorece a edificação na esquina, uma vez que sua maior testada fica ao norte e a outra testada ao leste, permitindo o uso de grandes aberturas para a entrada de luz solar, beneficiando o conforto térmico. Os ventos predominantes são do quadrante sudeste e, pelo formato do lote, permitem uma ventilação cruzada por toda a extensão do terreno. A vegetação existente está localizada aos fundos do lote, não prejudicando qualquer projeção de construção, uma vez que o projeto contemplará áreas de lazer externa e a vegetação pode ser incorporada ao projeto. As espécies são mangueira, pereira, nogueira, caqui, canela nativa, cipreste, palmeira real, bergamoteira e laranjeira.

Conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Cruz Alta acerca do Zoneamento Urbano estabelecido, o lote em estudo pertence ao setor das Áreas Adensáveis mais especificadamente na Zona Residencial Mista 1 e deve obedecer ao regime urbanístico com taxa de ocupação de 80%, índice de aproveitamento básico 01 e taxa de permeabilidade 10%.

O programa de necessidades, bem como o pré-dimensionamento, foram elaborados, inicialmente, a partir das exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente, nas Orientações Técnicas do Governo Federal e no Estatuto do Idoso. Dessa forma, será possível entender e especificar os ambientes exigidos por lei, além dos espaços que servem para agregar conforto e comodidades aos usuários. O número de moradores será de 50 pessoas, sendo 20 crianças e adolescentes e 30 idosos, podendo aumentar para até 20% a demanda em casos de acolhimento emergencial.

O número de funcionários será de 09 cuidadores, determinados a partir das exigências dos estatutos, em tempo integral, variando os turnos de trabalho durante o dia. Terá funcionário na recepção, coordenação, cozinheiros e funcionários para jardinagem e infraestrutura, totalizando 05 funcionários em regime de horas semanais exigidos por lei.

Além dos cômodos essenciais de moradia, como dormitórios, sanitários e refeitório, foram previstos espaços lúdicos e de integração para facilitar a apropriação espacial e transformação do lugar. Os espaços variam de *playgrounds* infantis até cancha de bocha para os mais velhos, porém sempre permitindo que um grupo de faixa etária possa interagir com o outro, incentivando a socialização entre os moradores.



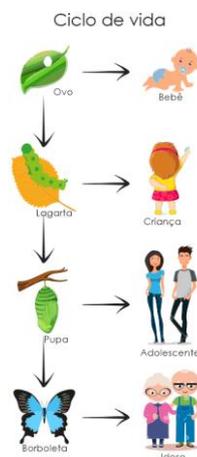
Partindo-se do pressuposto do somatório da área mínima construída total em torno de 2.250,00m², mais 35% de percentual de circulações internas e paredes chega-se a um total de 3.037,50m², divididos em dois pavimentos. Considerando a área total do terreno de 4.051,41m² com a legislação específica da taxa de ocupação da cidade ser de 80%, o total de área máxima construída permitida no pavimento térreo é de 3.241,13m². Levando em consideração que os ambientes serão dispostos em dois pavimentos, a área pressuposta para o térreo fica em torno de 1.518,75 m², valor aquém do máximo permitido pela legislação.

Conceituação e partido arquitetônico

A palavra “metamorfose” significa mudança e pode ser aplicada a vários conceitos, tanto da vida humana como da vida animal. As borboletas são insetos que pertencem a ordem Lepidoptera e possuem uma beleza natural e única, com inúmeras cores, formatos e tamanhos, variando de acordo com a espécie (MELO, 2018). O ciclo de vida de uma borboleta se divide em quatro fases: o ovo, a lagarta, a pupa e a borboleta propriamente dita.

Partindo dessa ideia de ciclo e remetendo às fases da vida do ser humano, o conceito fundamenta-se no pressuposto de espaços que contemplem e permitam a evolução e a metamorfose de cada morador do lar (imagem 02). Remeteu-se a fase do ovo com a fase inicial da vida, em um bebê que necessita de cuidados especiais e é um ser indefeso, dependente de outras pessoas. Nessa fase, os bebês precisam atenção e afeto, além de um ambiente que os instigue a investigar e se tornarem independentes.

Imagem 02 – Ciclo de vida da borboleta relacionado com a vida humana



Fonte: Autora, 2018.

Na proposta do lar, o berçário é o início do ciclo de vida que é gerado na edificação. É um espaço que remete à proteção, com uso de cores e mobiliários que permitam ao bebê



seus primeiros passos e descobertas, além do início do convívio familiar proposto como um todo. A próxima fase de vida é a da lagarta que remete-se à fase de criança, variando de 05 a 10 anos de idade. Nessa etapa, a criança já começa a se tornar independente, com suas próprias vontades, ideias e aprendizados. Os espaços devem ser lúdicos, que instiguem a criatividade e que mantenham o contato afetivo com as pessoas para que possam se espelhar em exemplos práticos.

Na fase da pupa ou crisálida, o período é compreendido como a fase da adolescência, onde há um certo isolamento por parte do ser humano, sendo considerado uma das fases mais difíceis. Os adolescentes em estado de vulnerabilidade social enfrentam grandes problemas psicológicos, na maioria das vezes, o que os tornam mais introspectivos com situações de rebeldia em certos momentos. Nessa fase, há muitos questionamentos acerca do futuro e como ele será, é a transição de criança para adulto.

Após sair do casulo, a borboleta pode sair livremente e se preparar para reiniciar o ciclo novamente. Com isso, na proposta do projeto, levou-se em consideração que a borboleta adulta representasse os idosos, uma vez que os mesmos já passaram por todas as etapas da vida. O contato com as crianças e adolescentes, além da comunidade em geral, traz benefícios aos moradores a partir do momento de troca de experiências e ajuda mútua. Muitas vezes com dificuldades motoras, os ambientes destinados aos idosos devem ser adaptados e permitir o contato com o exterior e o restante dos moradores do lar.

Com os princípios de ordem estabelecidos por Ching (1943), estabeleceu-se um eixo no qual foi possível dispor as formas e espaços de maneira equilibrada e que aproveitasse o lote escolhido. A partir desse eixo principal, dois novos eixos foram estabelecidos, propondo o fluxo de vida criado a partir da ideia do conceito. No espaço de transição entre as duas edificações, é proposta uma área vegetada para o contato com a natureza e para que remeta ao habitat natural para o desenvolvimento das borboletas.

O estudo tem como proposta os dormitórios dos idosos com configuração de apartamentos com copa integrada para permitir que o idoso tenha o seu espaço privado e tenha autonomia para o preparo de seus alimentos, por mais simples que sejam. Esse espaço é a parte da cozinha, contendo apenas uma pia, frigobar e micro-ondas. São apartamentos para casais e/ou solteiros que sejam independentes e ainda tenham mobilidade para o preparo e cuidado de alimentos.

Nos dormitórios para idosos há amplas esquadrias que permitem a visualização para a rua, com uma proposta de peitoril mais baixo e com banco para o morador aproveitar a vista.



Como a orientação solar é norte e a entrada de luz solar é necessária para a qualidade de vida, propõem-se alguns brises verticais para o barramento parcial da luz solar. Além disso, para que ocorra ventilação cruzada nos ambientes do bloco dos dormitórios dos idosos, planejaram-se janelas altas no banheiro e no corredor de acesso, assim os fluxos de ventilação circulam por toda a edificação.

O salão de eventos foi proposto para uso interno, mas também para eventos que podem ocorrer juntamente com a população externa. Sabe-se que há muitos voluntários da comunidade que fazem projetos sociais com as crianças, adolescentes e idosos nas dependências atuais dos abrigos, portanto, na proposta da edificação o salão de eventos seria o espaço planejado para tais fins.

Nos dormitórios infantis, planeja-se projetar mobiliários diferenciados que permitam e estimulem as crianças a descobrir os sentidos. Além disso, propõe-se que, mesmo sendo coletivo, o dormitório proporcione autonomia de gostos, podendo ser modificado. A ideia é que tenha paredes lousa, ou seja, paredes que permitam às crianças desenhar e se expressarem. Os estudos podem ser realizados tanto nos dormitórios quanto no ambiente planejado com a supervisão de algum monitor.

O refeitório foi pensado para ser o maior espaço da edificação, remetendo ao conceito de casa tradicional onde todas as pessoas se reúnem para realizar as refeições e, com isso, conviver e trocar experiências de vida. Esse espaço se integra com a sala de estar para completar a ideia de integração entre os moradores. O estar permite um contato direto com a área externa por meio de amplas aberturas envidraçadas, possibilitando a visualização da cancha de bocha e do pomar.

Imagem 03 – Planta baixa esquemática do pavimento térreo



Fonte: Autora, 2018



No segundo pavimento, de acordo com a planta esquemática com zoneamento na Imagem 04, tem-se o restante dos dormitórios dos idosos com algumas propostas de dormitórios simples sem a copa. Essas dependências são para aqueles idosos que possuem mobilidades reduzidas e são mais dependentes dos cuidadores, portanto não conseguem realizar as atividades de preparo de alimentos. Há o setor administrativo, com sala de reunião, gerência e contabilidade, com acesso de pessoas da comunidade por meio da circulação vertical da entrada principal.

Imagem 04 – Planta baixa esquemática do segundo pavimento



Fonte: Autora, 2018

No outro bloco, há um amplo espaço de convivência que compreende a sala de estar e de jogos, sendo interativo e atrativo para ambos os grupos de moradores. A sala de cinema proposta pode servir como um espaço para estudos e/ou palestras de audiovisual. Há uma sala de ginástica e fisioterapia para atendimento em pequenos grupos, a qual tem a visão para o pomar e caminhódromo.

No estudo volumétrico (Imagem 05), optou-se por trabalhar com platibanda com algumas quebras e diferentes alturas, criando movimento e deixando a edificação com características que remete à cobertura tradicional das casas. A telha utilizada, como proposta, é telha termoacústica sanduiche com inclinação descrita pelo fabricante. Os brises serão em perfis metálicos e, como a fachada principal tem orientação norte, barram a entrada de luz solar direta. O uso de cores nos brises verticais e em algumas paredes torna a edificação divertida e remete a alegria e vivacidade, além de representar a ideia das crianças a partir da atividade proposta.



Imagem 05 – Estudo volumétrico



Fonte: Autora, 2018

De acordo com Ching (1943) o princípio de ordem como o ritmo é um movimento caracterizado por uma repetição de elementos, bem como a padronização dos mesmos (CHING, 1943). Na edificação proposta o ritmo pode ser visto nas esquadrias da fachada principal onde ficam os dormitórios. O ritmo é marcado pela padronização das esquadrias e pelos cheios e vazios entre as mesmas. Pode ser visualizado também nas questões do desenho da platibanda, com a intenção de trazer os vértices do telhado de uma residência tradicional, porém desconstruídos e contínuos.

O nome do centro “Re-viver” vem da ideia do conceito e dos usuários envolvidos. Por um lado, os idosos que, muitas vezes, deixam de vivenciar novas experiências e contatos com a família e a comunidade em si. Por outro lado, as crianças e adolescentes, que estão iniciando a vida, começando a viver e planejar seus sonhos e metas. Portanto, o nome vem da ideia de que se deve sempre estar disposto a viver, a aproveitar a vida, repetir as boas ações e, com isso, renascer para uma nova vida com novas possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutido ao longo da presente pesquisa, atualmente há muita carência nos espaços voltados especificamente para as crianças e adolescentes em vulnerabilidade social e nos asilos. Melhorar a qualidade de vida dessas pessoas envolve vários agentes e é uma questão social de extrema necessidade.

Com isso, a arquitetura pode ser um grande instrumento para aliar o conforto com as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e emocional de cada indivíduo. Com a



percepção do espaço no ambiente físico, pode-se estabelecer sensações e comportamentos necessários.

O acolhimento institucional, como descrito por lei, deve ser provisório e excepcional, ou seja, deve ser um espaço que dê todo o suporte necessário, afetando o mínimo possível o cotidiano da criança e/ou adolescente. Assim como deve ocorrer com os idosos, o incentivo de reintegração familiar e na comunidade como um todo deve ser constante. Portanto, a proposta de edificação permite que os usuários convivam e se integrem de maneira familiar, com troca de experiências e vivências, para que cada ser se desenvolva e tenha oportunidade de aprendizado, carinho, lazer e vida em sociedade.

A partir dos estudos de caso atuais na cidade de Cruz Alta, notou-se a necessidade de ter espaços físicos próprios, uma vez que as dependências atuais já estão em mal estado de conservação e são, muitas vezes, precárias e sem os devidos ambientes necessários. O abrigo deve ir além do sentido literal da palavra, deve incluir os conceitos de lar, apropriação do espaço e dinamismo. Com base em todas as teorias e legislações específicas, a proposta de anteprojeto do Centro Re-Viver foi desenvolvido para incluir a todos os usuários de forma igualitária, permitindo a integração, troca de experiências e autonomia pessoal.

Deve-se compreender a relevância do envelhecimento saudável e de qualidade, o qual faz parte dos direitos de toda a população, principalmente àqueles que já estão na fase adulta, na fase da borboleta. Com o poder da arquitetura, deve-se criar habitat necessários e de qualidade para o desenvolvimento de todos os seres humanos, tendo em mente que a vida é um ciclo constate, com chegadas e partidas, sempre com a possibilidade de começos e recomeços.

REFERÊNCIAS

A ONU e as pessoas idosas. **Nações Unidas no Brasil**. 2018. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>> Acesso em Março/2018.

ANVISA. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Resolução de diretoria colegiada nº 283, de 26 de setembro de 2005. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0283_26_09_2005.html> Acesso em Março/2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.º 8.069, de 13 de julho 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em Março/2018.



_____. **Estatuto do Idoso.** Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm> Acesso em Maio/2018.

_____. **Lei Nacional da Adoção.** Lei n.º 12.010, de 08 de agosto de 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm> Acesso em Março/2018.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Cruz Alta.** Lei Complementar nº 0040, de 03 de setembro de 2007. Disponível em <<https://cruzalta.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1494464494815&file=703FA6C200D27E180449D423A8B118A74912483B&sistema=WPO&classe=UploadMidia>> Acesso em Abril/2018.

CENTRO DE COMBATE À VIOLÊNCIA INFANTIL. CECОВI. **Dados científicos.** Violência física – Estatísticas. 2009. Disponível em <<http://www.cecovi.org.br>>. Acesso em Maio/2018.

CHING, Francis D. K. **Arquitetura, forma, espaço e ordem.** 1943 Traduzido por Alvamar Helena Lamparelli. Martins Fontes, São Paulo, 4. ed., 2016.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Cadastro Nacional de Adoção.** 2017. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>> Acesso em Março/2018.

GREGÓRIO, Ingrid Brioni. **Casa acolhedora para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.** Ribeirão Preto, 2015. Disponível em <https://issuu.com/ingridbrionigregorio/docs/tfg_-_ingrid_brioni_greg_rio_-_cas> Acesso em Maio/2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cruz-alta/panorama>> Acesso em Março/2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Características das Instituições de Longa Permanência para idosos.** 2012. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Livro__CaractdasInstituicoesRegiao_Sul.pdf> Acesso em Março/2018.

MELO, Pricila. **Metamorfose das borboletas.** 2018. Disponível em <<https://www.estudokids.com.br/metamorfose-das-borboletas/>> Acesso em Junho/2018

O GLOBO. **População mundial vai crescer 53% e chegar a 11,2 bilhões em 2100, diz relatório da ONU.** Jornal digital, 29/07/2015. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/populacao-mundial-vai-crescer-53-chegar-112-bilhoes-em-2100-diz-relatorio-da-onu-17003177>> Acesso em Março/2018.